

PROPOSIÇÕES PARA O PLANO AGRÍCOLA E PECUÁRIO 2008/09



SUMÁRIO



Confederação da Agricultura
e Pecuária do Brasil

1. Apresentação.....	19	5. Zoneamento agrícola de risco climático.....	24
2. Crédito para custeio, investimento e comercialização	20	6. Políticas por cultura	24
3. Programas de investimento	21	7. Políticas de incentivo.....	26
4. Seguro rural.....	23	8. Políticas regionais	27

1. APRESENTAÇÃO

O cenário atual da agropecuária brasileira é de desafios:

- Superar a crise de renda;
- Renegociar o passivo acumulado por diversas safras;
- Reinvestir e crescer para atender à demanda de um mercado de estoques escassos;
- Consumo em expansão e preocupação com os níveis dos preços agrícolas.

O quadro é reforçado pelo paradoxo da renda agrícola, em que se elevam os preços dos produtos mas a rentabilidade do setor não melhora. Para auxiliar na discussão, a Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), com o apoio das Federações da Agricultura e

das Organizações das Cooperativas estaduais, reuniram produtores rurais e cooperativas de seis estados brasileiros: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Minas Gerais, Paraná, Rio Grande do Sul e São Paulo para discutir o Plano Agrícola e Pecuário 2008/09.

Os resultados dos *workshops*, de maneira resumida, foram organizados em documento entregue pela CNA e a OCB ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA). O momento é considerado de oportunidade rara para retomada mais consistente do ritmo de crescimento do setor.

As proposições representam um avanço em relação às políticas vigentes, mas não substituem os programas que registram bom desempenho. Mesmo assim, é importante ressaltar que o aumento da produção agropecuária depende, ainda, de outros fatores, como marcos regulatórios, infra-estrutura e meio ambiente.

2. CRÉDITO PARA CUSTEIO, INVESTIMENTO E COMERCIALIZAÇÃO

2.1. Acesso ao crédito

A exigência de garantias, cujos valores ultrapassam os das operações contratadas, dificulta e limita o acesso ao crédito rural pelo produtor. Apesar do MCR 2.3.2 estabelecer que as garantias sejam acordadas entre o agente financeiro e o produtor rural, esses não aceitam outras garantias que não sejam as determinadas por eles mesmos. Também deixam de utilizar outras modalidades previstas no MCR, como o penhor rural.

Outro fator restritivo é a fixação de limite de crédito, que é realizado de forma subjetiva. As atuais metodologias de determinação de limites de crédito dificultam o acesso ao produtor que precisa do recurso. Em períodos de frustração de safra, ou de dificuldades de comercialização, a liberação do crédito é limitada e condicionada.

Uma vez concedido o crédito, adotou-se como prática a liberação dos recursos na conta corrente do fornecedor, e não diretamente na do produtor rural, conforme dispõe o Art. 30 da Lei 8.171, de 1991. Tal procedimento limita o poder de negociação do produtor rural e eleva seu custo financeiro, pois ele passa a arcar com o repasse das taxas cobradas do fornecedor pelo agente financeiro.

Proposições:

1. Efetuar o penhor da safra esperada como garantia necessária e suficiente à obtenção do financiamento;
2. Limitar a garantia em 100% do valor financiado;
3. No caso do crédito rural para investimentos, considerar o próprio bem financiado como garantia necessária e suficiente;
4. Transparência e flexibilidade dos critérios para determinação dos limites operacionais de crédito;
5. Determinar que a liberação do crédito seja efetuada diretamente na conta corrente do produtor rural;
6. Criar sistema de informações do crédito rural, com acesso público, para acompanhar a aplicação dos recursos;
7. Criar a modalidade de crédito rotativo;
8. Criar uma linha de custeio de auto-liquidez, que vincule ao instrumento de crédito: seguro contra risco climático, contrato de opção de venda e um Fundo de Proteção ao Crédito Rural;
9. Criar o Fundo de Aval para Proteção ao Crédito Rural;
10. Coibir operações casadas, a liberação de recursos na conta dos fornecedores, comissões e flats;
11. Pulverizar as operações do crédito rural e conceder maior acesso aos bancos cooperativos;
12. Garantir as operações das linhas de crédito, independentemente do tomador ter acessado algum financiamento nos anos anteriores e de ter renegociado suas dívidas;
13. Excluir as restrições a concessão de crédito nas situações de publicação de portarias e resoluções determinando estudos de criação de reservas e de áreas indígenas.

2.2. Volume de recursos

Está delineado um novo cenário para a produção agrícola mundial com a:

1. Redução dos estoques mundiais de alimentos;
2. Perspectiva de demanda crescente de oleaginosas para consumo humano, rações e biocombustíveis;
3. Preocupação do impacto dos preços dos alimentos na inflação.

O Brasil se apresenta como o país com o maior potencial de crescimento, tanto pela capacidade de aproveitamento de áreas, como pela adoção de novas tecnologias. Em termos de potencial de produção e exportação, as expectativas para a próxima safra são positivas.

Cabe observar, no entanto, que há fatores limitantes internos, que variam desde o aumento considerável dos preços dos insumos agropecuários até os problemas estruturais, como as deficiências logísticas e de infra-estrutura.

No curto prazo, as limitações podem ser amenizadas com a maior disponibilidade de recursos do crédito rural. Atualmente, o crédito rural oficial financia apenas 25% da área plantada.

Isso leva os produtores a buscar fontes alternativas de crédito, como a venda antecipada da produção e a contratação de recursos com juros de mercado. Esses fatores acabam contribuindo para a depreciação da rentabilidade da atividade agropecuária.

Assim, o setor propõe a elevação dos volumes de recursos do crédito rural para custeio, investimento e comercialização, conforme os seus princípios básicos. O produtor precisa de recursos suficientes e em tempo oportuno, dentro do calendário agrícola brasileiro.

Proposições:

1. Aumentar a programação de recursos para R\$ 110 bilhões para o financiamento da safra 2008/09;
2. Aumentar de 25% para 30% as exigibilidades bancárias destinadas à aplicação, com taxa de juros prefixada para o crédito rural de custeio e comercialização;
3. Elevar a alocação de recursos do Tesouro Nacional para a equalização dos recursos da poupança rural e dos programas vinculados ao BNDES, de modo a reduzir a taxa de juros efetivamente paga pelo produtor;
4. Autorizar as demais instituições bancárias a aplicar os recursos da poupança rural.

2.3. Redução das taxas de juros do crédito rural

As taxas de juros têm caído, em que pese a recente de elevação da taxa de juros básica da economia, pelo Conselho de Política Monetária (Copom). A taxa de juros para o crédito rural, segundo os preceitos da lei agrícola brasileira, deve ser diferenciada e favorecida, para ampliar a produção.

Proposições:

1. Reduzir a taxa de juros do crédito rural para custeio, comercialização e investimentos

Programa	Taxa de Juros [% ao ano]		
	2007/08	2008/09*	Var. [%]
Custeio	6,75	5,0	-25,9
Comercialização	6,75	5,0	-25,9
Proger Rural	6,25	4,5	-28,0
Programas do MAPA/BNDES			
Moderfrota			
• Renda bruta anual até R\$ 250 mil	7,50	5,0	-25,9
• Renda bruta anual acima de R\$ 250 mil	9,50	5,0	-25,9
Demais programas	6,75	5,0	-25,9

* Proposta

2. Conceder bônus de adimplência de 15% para pagamentos efetuados até a data do vencimento;

3. Conceder bônus adicional de 15% quando o produtor comprovar a utilização de seguro rural e *hedge*;

4. Conceder bônus adicional de 15% para os financiamentos das culturas de consumo interno de produtos que integram a cesta básica;

5. Criar dispositivo para ajuste automático das taxas de juros dos contratos vigentes, sempre que houver alterações nas taxas dos respectivos programas de financiamento para investimento.

2.4. Limites de financiamento do crédito rural

Os recentes aumentos dos insumos agropecuários, em especial dos fertilizantes, indicam que os custos de produção serão, pelo menos, 18% superiores ao orçamento da safra 2007/08.

Proposições:

1. Ampliar os limites de crédito:

Cultura	2007/08	2008/09*	Var. %
Algodão	500	650	30
Amendoim	300	400	33
Arroz de sequeiro	300	400	33
Arroz irrigado	450	600	33
Aveia	100	200	100
Café	200	270	35
Cana-de-açúcar	200	300	50
Cevada	100	300	200
Feijão sequeiro	300	400	33
Feijão irrigado	450	600	33
Fruticultura	300	400	33
Mandioca	300	400	33
Milho	450	600	33
Soja	300	400	33
Sorgo sequeiro	300	400	33
Sorgo irrigado	450	600	33
Trigo sequeiro	300	400	33
Trigo irrigado	450	600	33
Pecuária bovina e bubalina	150	200	33
Avicultura e suinocultura não integradas	150	200	33
Avicultura em regime de integração	20	26	30
Suínos e perus, regime de integração	30	40	33
Investimentos, demais custeios e comercialização	100	150	50

2. Elevar o limite por beneficiário para aquisição antecipada de insumos para R\$ 200 mil;

3. Incluir a soja no rol de produtos beneficiados pelo EGF, ao amparo de recursos obrigatórios beneficiadores e cooperativas de produtores rurais que beneficiem ou industrializem o produto;

4. Estender o prazo de desconto de Duplicata Rural e Nota Promissória Rural para 240 dias (cooperativas);

5. Elevar em 15% os limites de crédito quando o produtor comprovar a prática de plantio direto, rastreabilidade, *hedge* ou integração lavoura-pecuária.

3. PROGRAMAS DE INVESTIMENTO

3.1. Redução dos *spreads* e extinção da taxa *flat* nos programas agropecuários, amparados com recursos do BNDES

Atualmente, os programas de investimento amparados por recursos do BNDES têm *spreads* de até 6% ao ano, que elevam os custos financeiros do produtor rural. Também é cobrada do fornecedor, no Programa Moderfrota, uma taxa *flat* de 4%, cujo custo é repassado ao produtor.

A redução dos *spreads* desses programas reflete diretamente na composição da taxa de juros real paga pelos produtores rurais, melhorando a atratividade das linhas de crédito.

Proposições:

1. Reduzir os *spreads* dos programas do BNDES direcionados à agropecuária aos níveis praticados internacionalmente;

2. Extinguir a taxa *flat* cobrada dos fornecedores e pagas indiretamente pelos produtores rurais, no Programa Moderfrota.

3. Criar programa de financiamento de projetos e de infraestrutura de mecanismos de desenvolvimento limpo.

3.2. Programação de recursos para investimentos e limites de crédito

As expectativas de oferta e demanda agrícola mundiais traçam um cenário de expansão da produção primária. Para tanto, são necessários investimentos, tanto na ampliação do potencial produtivo como na reposição de máquinas e implementos, depreciados em função da recente crise de renda do setor.

Deve-se observar que, em período recente, as boas perspectivas de crescimento trouxeram a elevação dos itens financiáveis pelos programas do BNDES, em médias superiores aos preços recebidos pelos produtores.

Os bancos de fábrica, que repassam recursos dos programas do BNDES, também administram esses recursos em uma dinâ-

mica exclusiva de mercado, ignorando os princípios e os objetivos do crédito rural.

Assim, torna-se imprescindível a criação de mecanismos de controle e avaliação permanente dos preços dos itens financiáveis, de modo que o aumento dos volumes disponibilizados não sejam indutores do aumento desses preços.

Proposições:

1. Ampliar a programação de recursos e limites de crédito conforme tabela abaixo;
2. Elevar o percentual de financiamento de 90% para 100% do valor do item financiado;
3. Ampliar o prazo de carência de um para dois anos e o prazo de pagamento para oito ou 12 anos, dependendo do retorno do equipamento;
4. Implementar leilão reverso para o financiamento de máquinas e equipamentos com recursos do BNDES.
5. Demais propostas:

a. Moderfrota:

- Ampliar o prazo de pagamento do Moderfrota de quatro a seis anos para oito anos;

b. Moderinfra:

- Financiar a reforma e a construção de moradias rurais;
- Financiar a construção de armazéns na área urbana.

c. Prodecoop:

- Ampliar o limite para R\$ 70 milhões na mesma UF;
- Enquadrar os equipamentos usados como itens financiáveis;
- Alterar o sistema de amortização, tirando a sobrecarga nos períodos iniciais, tornando-o mais bem distribuído ao longo da operação;
- Elevar o percentual financiável de 90% para 100% do valor do item financiado;

- Incluir como itens financiáveis caminhões, reboques e semi-reboques;
- Financiar a instalação e a modernização de unidades industriais para a produção de café torrado, solúvel e de bebida superior, incluindo equipamentos de benefício e rebenefício.

d. Moderagro:

- Permitir o repasse de calcário por cooperativas aos associados, nos moldes do Prosolo;
- Incluir o financiamento de caminhões, reboques e semi-reboques para produtores rurais.

e. Propflora:

- Aumentar o prazo de pagamento de 12 para 15 anos, com carência até a época do primeiro corte.

f. BNDES automático:

- Estabelecer juros fixos para as operações de crédito.

g. Áreas Degradadas:

Incentivar o acesso a linhas de recuperação de área degradadas e integração lavoura-pecuária, por meio do rebate nas taxas de juros, no aumento de limites de crédito e na ampliação dos prazos para amortização

3.3. Novos programas de investimentos

3.3.1. Programa de Capitalização das Cooperativas Brasileiras

Da mesma forma que o Procapcred, o Procapagro visa ao financiamento para integralização de cotas-partes aos associados de cooperativas, para promover o fortalecimento e o desenvolvimento sustentado do cooperativismo brasileiro. Além do mais, permitirá o incremento da produtividade, qualidade e competitividade dos bens e serviços dos cooperados e de suas cooperativas.

Recursos e limites de crédito

Programa	Programação (R\$ mil)			Limite de crédito por operação (R\$ mil)		
	2007/08	Proposta 2008/09	Var %	2007/08	Proposta 2008/09	Var %
Moderagro	1.850	2.500	35,0	600	800	33,3
Moderinfra	500	1.000	100,0	1.000	1.500	50,0
Prodecoop	450	1.200	167,7	-	-	-
Investimento	35.000	70.000	100,0			
Capital de giro	7.000	10.000	42,8			
Propflora	200	200	-	150	200	33,3
Moderfrota	3.000	5.000	66,7	90/100	100	-
Prolapec	200	200	-	300	300	-
Proger	2.200	5.000	127,3	100	150	50,0
Finame Agr.Esp.	200	200	-	-	-	-
Fundos constits	2.500	3.000	20,0	-	-	-
BNDES automático	10.000	25.000	150,0	-	-	-

Esse programa terá impactos positivos na geração de empregos e renda no campo e nas cidades do interior do Brasil. Proporcionará o desenvolvimento de projetos de interesse do quadro social, com consequências positivas para as comunidades nas áreas econômica e social, bem como a melhoria das condições de vida dos cooperados e de seus parentes.

O Procapagro vem a atender uma deficiência presente no setor cooperativista, que é a falta de capitalização dos associados e de suas cooperativas para implementar novos investimentos e novos negócios. Diferentemente de uma empresa S/A – no caso das cooperativas –, não há possibilidade de captação de recursos via lançamento de ações negociadas em bolsas de valores. A capitalização das cooperativas via financiamento de cotas-partes impulsionará o crescimento sustentado do setor.

O Procapcred foi criado pela Resolução no 3.346, de 08/02/2006, com restrição no item de beneficiários, impedindo que as cooperativas de crédito formadas por servidores públicos utilizem o recurso do programa. Mas há a necessidade de ampliar o patrimônio líquido e comum das cooperativas.

Proposições:

1. Criar o Programa de Capitalização das Cooperativas Agropecuárias Brasileiras – Procapagro;
2. Ampliar o Programa de Capitalização das Cooperativas de Crédito – Procapcred - para as cooperativas de servidores públicos.

3.3.2. Programa de Adequação Produtiva às Normas Ambientais

A rápida implantação das normas ambientais não foi acompanhada de programas para adequar a produção primária a essa nova realidade. Enquanto em países como os Estados Unidos se paga cerca de US\$114.00 por hectare/ano para a conservação, no Brasil os produtores são obrigados a manter área de reserva legal de até 80%, assumindo o ônus exclusivo da preservação.

Proposições:

1. Instituir programa de financiamento para adequação de propriedades rurais às normas ambientais, financiando a recuperação das áreas de preservação permanente e de áreas de reserva legal, barragens e tratamento de dejetos para produtores rurais e cooperativas;
2. Elaborar os estudos necessários e propor medidas para a regulamentação da compensação ambiental, conforme previsto na Lei 9.9985/2000, para os empreendimentos agropecuários;
3. Contemplar, nos financiamentos, os valores referentes à compensação ambiental (Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC) e o licenciamento ambiental;
4. Criar programa para recuperação de área de Preservação Permanente (APP) e Reserva Legal (RL) a fundo perdido.

4. SEGURO RURAL

A aplicação dos recursos para subvenção do seguro rural vem apresentando bom desempenho nos últimos anos. Contudo, a área segurada, e ainda exígua diante da totalidade da área plantada brasileira, mas há necessidade de ampliação.

Para atender às necessidades do setor agropecuário, é imprescindível a implementação de outras modalidades de seguro rural, como o seguro de renda esperada. Também é preciso operacionalizar o seguro de CPR, criado pela Circular Susep 248, em 2004.

A efetiva operação da Lei Complementar 126, que promove a abertura do mercado de resseguros, é outro fator importante ao desenvolvimento do seguro rural no Brasil.

Permanece, no entanto, a grande assimetria entre informação e a distância de interesses entre produtores rurais e seguradoras.

Proposições:

1. Ampliar para R\$ 400 milhões os recursos destinados à subvenção do seguro rural, elevando-se as subvenções do prêmio para:

Modalidade	Atividade	% da subvenção		
		2007/ 08	2008/ 09*	Var. [%]
Agricultura	feijão, milho 2ª safra e trigo	60	75	25
	algodão, arroz, aveia, canola, centeio, cevada, milho, soja, trigo e triticale	50	65	30
	maça, uva	40	50	25
	abacaxi, alface, alho, ameixa, amendoim, batata, berinjela, beterraba, café, cana-de-açúcar, caqui, cebola, cenoura, couve-flor, figo, girassol, goiaba, kiwi, laranja, limão e demais cítricos, morango, nectarina, pepino, pêra, pêssego, pimentão, repolho, tomate e vagem	30	50	66,7
Pecuária		30	50	66,7
Florestal		30	50	66,7
Aquícola		30	50	66,7

* Proposta

2. Elevar o teto máximo da subvenção de R\$ 32 mil para R\$ 50 mil;
3. Rever os atuais parâmetros de produtividade adotados pelas seguradoras para fins de cálculo de cobertura do seguro rural;
4. Extinguir a obrigatoriedade da contratação do seguro obrigatório pelo frete (penhor rural);
5. Extinguir a obrigatoriedade da concessão de crédito rural vinculada à contratação do seguro;
6. Criação de um grupo técnico sobre seguro rural, com a participação de representantes de produtores e cooperativas, com o objetivo de acompanhar o desenvolvimento e propor políticas para a sua universalização.
7. Proagro:
 - Revogar a Resolução 3.544, de 2008, do Conselho Monetário Nacional (CMN), que dispõe sobre a revogação dos dispositivos aplicáveis no enquadramento e na indenização de empreendimentos conduzidos com uso da técnica de plantio direto no âmbito do Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro);
 - Elevar o limite de cobertura de R\$ 150 mil para R\$ 300 mil;
 - Eliminar a exigência de prazo mínimo estabelecido entre duas contratações;
 - Estabelecer prazo máximo a ser cumprido para a apreciação e retorno dos pedidos de contratação e/ou sinistros.

5. ZONEAMENTO AGRÍCOLA DE RISCO CLIMÁTICO

Atualmente, o zoneamento agrícola é executado por empresa terceirizada e publicado por meio de portarias do MAPA. Às vezes, é necessária a intervenção do setor para alteração dessas portarias, o que acontece por solicitação dos sindicatos e federações.

Proposições:

1. Criar conselhos gestores estaduais para acompanhar os trabalhos de execução do zoneamento agrícola, com o objetivo de dar transparência e agilizar a definição dos municípios e culturas estabelecidos no zoneamento;
2. Proceder à revisão do zoneamento agrícola, com a inclusão de novas regiões, culturas, calendário e tecnologias, para atender à necessidade do setor, possibilitando o acesso ao crédito e viabilizando o seguro rural;
3. Melhorar a qualidade dos dados estatísticos sobre a produção agrícola regional mediante a definição das áreas homogêneas de produção, edafoclimáticas e georeferenciadas;
4. Instalar estações automáticas e radares meteorológicos em número mínimo necessário e distribuição espacial adequada para o levantamento correto dos riscos climáticos;
5. Realizar levantamento das áreas por cultura por meio de

sensoriamento remoto e levantamento de safra por imagem de satélite;

6. Prorrogar, por mais uma safra, a Portaria 3.544, que estabelece o zoneamento da cultura da soja no Rio Grande do Sul.

6. POLÍTICAS POR CULTURA

6.1. Agricultura

6.1.1. Programa de Garantia de Preços Mínimos

Apesar dos preços praticados no mercado apresentarem recuperação no período recente, é preciso sinalizar ao produtor rural, em especial nos produtos cujos preços reflitam diretamente as oscilações do mercado interno, que haverá a disponibilidade de recursos para intervenção no mercado, caso os preços praticados atinjam patamares inferiores aos custos de produção.

Proposições

1. Corrigir os preços mínimos das culturas amparadas pelo Programa de Garantia de Preços Mínimos, de forma a cobrir os custos operacionais efetivos de cada cultura;
2. Alocar recursos para a sustentação dos preços no mercado, por meio dos instrumentos Pep, Pepro, Prop, Contratos de Opções de Venda e AGF, discutidos e definidos juntamente com os produtores das respectivas culturas.

6.1.2. Programa de Desenvolvimento da Triticultura Brasileira

O Brasil tem total dependência do mercado externo de trigo, ante a queda da produção doméstica, seja por perdas geradas por intercorrências climáticas, seja pela queda de área plantada ocasionada pela perda de rentabilidade da cultura.

O cenário de comercialização traz indicadores positivos, como mercado mundial aquecido, estoques mundiais baixos e preços em recuperação. Mas, são fatores insuficientes para garantir o interesse do produtor em realizar o plantio da cultura.

Proposições:

1. Estabelecer um programa para alcançar a auto-suficiência na produção de trigo, fundamentando-se no aporte de recursos para financiamento e comercialização da produção;
2. Dotar recursos e incentivos, por meio da Embrapa, as pesquisas de cultivares de trigo no Brasil;
3. Recriar o Cetrin.

6.2. Pecuária

6.2.1. Bovinocultura de corte

A rentabilidade da bovinocultura de corte tem apresentado queda, apesar dos aumentos observados recentemente nos preços praticados no mercado. Nos últimos cinco anos, os custos totais de produção aumentaram 63%, influenciados pela elevação das despesas com mão-de-obra, suplementos minerais, máquinas e implementos. Somente o fosfato bicálcico registrou aumento de 162% no período de outubro de 2007 a abril de 2008. O preço da arroba do boi gordo subiu 27%, que é insuficiente para cobrir a elevação dos custos no período.

Proposições:

1. Custeio pecuário:

- Manter o adicional de 15% para produtores que utilizam sistemas de rastreabilidade;
- Instituir adicional de 15% para terminação de animais em padrão novilho precoce (cumulativo com o adicional para rastreabilidade). Requisito: inscrição do produtor rural no programa estadual de novilho precoce.

2. Programa de Desenvolvimento do Agronegócio (Prodeagro)

- Ampliar o financiamento para reposição de matrizes bovinas e bubalinas no âmbito do Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose (PNCEBT), com limite de crédito de R\$ 150 mil por beneficiário e de até R\$ 3 mil por animal;

3. Criar linha de crédito de custeio para sistema de confinamento, com as seguintes condições operacionais:

- Limite de financiamento de R\$ 200 mil por operação;
- Período de contratação de abril a outubro;
- Taxa de juros: são as mesmas estabelecidas para o custeio de safra;
- Prazo de pagamento em seis meses, direto do montante ao final do período

6.2.2. Bovinocultura de leite

Não obstante a recuperação de preços ocorrida no ano de 2007, justificada pelo crescimento do consumo interno e a ampliação das exportações, o aumento do custo de produção é um fator limitador à competitividade da cadeia leiteira.

De outubro de 2007 a janeiro de 2008 os preços das rações subiram 21%. Esse insumo representa 64,4% dos gastos dos produtores com a alimentação do rebanho leiteiro. Outro fator que desequilibrava o planejamento de custos do produtor no início de 2008 foi o reajuste dos preços do sal mineral, que praticamente dobraram desde novembro do ano passado, aumentando de R\$ 25,00 R\$ 50,00 a saca.

Em relação às exportações, a valorização do real é uma limitante à ampliação do crescimento. O valor médio por litro recebido pelos produtores é baixo na moeda nacional, mas a sua alta cotação em dólar (US\$ 0,41) impede a ampliação da participação brasileira no exterior.

Proposições:

1. Operacionalizar linha de crédito permanente de concessão de financiamento para retenção de fêmeas ou matrizes leiteiras bovinas melhoradas geneticamente, estabelecendo limite de até R\$ 150 mil por tomador e de até R\$ 1.500,00 por animal, independentemente de outros financiamentos controlados pelo crédito rural. A proposta visa a reduzir a burocracia na tomada de crédito, utilizando os animais da propriedade como objeto de penhor;

2. Ampliar o limite de financiamento para Empréstimo do Governo Federal (EGF). Liberar R\$ 500 milhões para Empréstimo do Governo Federal (EGF) e elevar o preço mínimo de R\$ 0,40 para R\$ 0,47;

6.2.3. Carcinicultura

A carcinicultura é uma atividade desenvolvida nas Regiões Nordeste e Sul, sendo responsável pela geração de emprego e renda em pequenas propriedades rurais. Os problemas sanitários reduziram a produtividade do setor e, somados às dificuldades de comercialização em função da apreciação do real, diminuíram a rentabilidade da criação.

Recentemente, as enchentes danificaram os viveiros e os laboratórios de pós-larvas, gerando perda total da produção. Para a recuperação da atividade, são necessários o aporte de tecnologia, visando a melhorar a produtividade, assim como incentivos à pesquisa e implementação de programa de sanidade.

Proposições:

1. Criar, com a participação dos produtores, Seap e Dnocs, um programa para a recuperação da carcinicultura;

2. Criar um Programa Nacional de Sanidade Aquícola, com o objetivo de controlar e erradicar as doenças que atacam o camarão.

6.2.4. Equideocultura

O rebanho equino brasileiro, estimado hoje em 5,9 milhões de cabeças, é o terceiro maior do mundo e movimenta cerca de R\$ 7,5 bilhões ao ano, gerando 3,2 milhões de empregos. Embora seja uma atividade desenvolvida essencialmente no meio rural, amparada pelo crédito rural conforme o MCR 3.2.16 e 3.3, os agentes financeiros não têm operacionalizado a disposição.

Proposições:

1. Expedir carta circular do Conselho Monetário Nacional (CMN) aos agentes financeiros, explicitando a condição da equideocultura como item financiável nos programas de custeio e de investimento do crédito rural, cujos recursos são equalizados pelo Tesouro Nacional;
2. Estabelecer para a atividade os mesmos limites de crédito da pecuária bovina de corte destinado ao custeio pecuário.

7. POLÍTICAS DE INCENTIVO

7.1. Uso de sementes legais

A utilização de sementes ilegais ou piratas e de material de reprodução para uso próprio causa:

- Perdas na produtividade;
- Disseminação de pragas e doenças;
- Infestação de plantas invasoras na propriedade;
- Perda de qualidade do grão;
- Redução de receita pela queda de produtividade;
- Comprometimento das demais tecnologias;
- Degeração de variedades.

A produção de sementes certificadas no Brasil tem como fator limitante o crescente uso de sementes produzidas à margem do Sistema Nacional de Sementes e Mudas, o que poderá comprometer não só o rendimento dentro da propriedade, mas também desestruturar a pesquisa agrícola nacional.

Proposições:

1. Implementar, a título de incentivo à pesquisa e ao uso de tecnologia, um adicional de 15% sobre os limites de financiamento para custeio e comercialização nos casos em que o produtor rural comprovar a aquisição de sementes C1 – certificada de primeira geração, C2 – certificada de segunda geração, semente S1 e semente S2, por meio de notas fiscais de compra, quando da contratação de financiamento agrícola.

7.2. Responsabilidade ambiental

É preciso incentivar o investimento em ações de geração de ativos ambientais e recuperação de áreas degradadas, investimentos em projetos que proporcionem retorno sobre o investimento, adicionais de renda e diferenciais competitivos aos produtores rurais e cooperativas.

Proposições:

1. Implementar bônus sobre as taxas de juros do crédito rural de 15% para produtores rurais e cooperativas que investirem em projetos de bioenergia, integração lavoura e pecuária e créditos de carbono;
2. Criar programa de financiamento de projetos e infra-estrutura de mecanismos de desenvolvimento limpo.

8. POLÍTICAS REGIONAIS

8.1. Política de Desenvolvimento da Agropecuária do Nordeste

A Região Nordeste tem potencial de expansão da produção agropecuária, em especial a agricultura irrigada, fruticultura, criação de pequenos animais, bovinocultura de leite e a produção de oleaginosas para biodiesel, dentre outros.

Também há disponibilidades de recursos no Banco do Nordeste, que tem dificuldades de aplicá-los devido à ausência de uma política de desenvolvimento da região. A construção e implementação dessa política contribui para a elevação da oferta de alimentos no mercado interno, nesse momento de escassez. Isso possibilitou o desenvolvimento econômico e social da região, de maneira sustentável.

Proposições:

1. Criar, com a participação dos produtores, do Ministério da Integração Nacional, das agências de desenvolvimento, como Codevasf, BNB e Dnoca, um Programa de Desenvolvimento da Agropecuária da Região Nordeste.

Proposições:

1. Operacionalizar linha de crédito permanente de concessão de financiamento para retenção de fêmeas ou matrizes leiteiras bovinas melhoradas geneticamente, estabelecendo limite de até R\$ 150 mil por tomador e de até R\$ 1.500,00 por animal, independente de outros financiamentos controlados pelo crédito rural. A proposta visa reduzir a burocracia na tomada de crédito, utilizando os animais da propriedade como objeto de penhor;
2. Ampliar o limite de financiamento para Empréstimo do Governo Federal (EGF) – Liberar R\$ 500 milhões para Empréstimo do Governo Federal (EGF) e elevar o preço mínimo de R\$ 0,40 para R\$ 0,47.